

Mulheres e Exclusão na América Latina

Nalu Faria

Gerações e gerações viveram uma realidade em que as mulheres eram consideradas inferiores aos homens. Como isso era encarado como parte do destino das mulheres tudo parecia normal e a autoridade masculina sobre as mulheres não era questionada.

Foi só a partir da luta das mulheres e sua organização em movimentos próprios, ou seja, movimentos de mulheres, que essa situação foi denunciada como uma construção social injusta. Muitos estudos demonstraram que considerar a desigualdade entre homens e mulheres como uma diferença natural era um dos principais mecanismos para manter as mulheres em uma posição subordinada.

Mas não tem sido simples, nem fácil mudar essa realidade. A condição feminina é definida em nossa sociedade por uma opressão específica das mulheres como gênero feminino. Essa opressão, por um lado não pode ser dissociada da questão de classe e da estrutura do sistema capitalista. Por outro lado, revela enormes contradições inclusive no seio da classe trabalhadora, uma vez que os homens como grupo social obtêm privilégios que se manifestam também na condição de cada homem.

Isso tem colocado para aquelas e aqueles que lutam por uma transformação geral da sociedade enormes desafios. Ao lutar contra a exclusão das mulheres nos deparamos com conflitos e necessidade de mudanças também na família, nos movimentos sociais e nas relações interpessoais. Iniciamos essa reflexão por esse aspecto pelo fato de que sempre é mais fácil reconhecer a exclusão econômica e política e muito mais difícil a exclusão e dominação que faz parte das nossas relações cotidianas.

Falar sobre mulheres e exclusão nos coloca a necessidade de refletir sobre em que aspectos as mulheres são excluídas. Nos desafia a construir uma visão mais ampla de nossa luta contra a exclusão. Para as mulheres, é muito doloroso perceber que ainda sua voz vale menos em muitas situações e que por isso estão sempre tendo que provar que são competentes, que são verdadeiras, que são capazes, que não são frívolas, que não são inseguras ou instáveis. Até mesmo têm que provar que não mentem diante de um delegado ou de um juiz. Quantas vezes não escutamos relatos que em uma delegacia mulheres que denunciavam estupros ou espancamentos são perguntadas: mas o que é que você estava fazendo?

A situação da América Latina

Nosso continente tem sido marcado por um modelo de desenvolvimento dependente do capital externo, de exploração de nosso povo expropriação de nossas riquezas e recursos naturais. O resultado para a maioria do povo é de empobrecimento, perda de suas terras, migração para as grandes cidades e nos últimos anos para países do Norte.

A luta das mulheres por mudanças está expressa em sua organização coletiva nos movimentos sociais, mas também no seu esforço individual para ter acesso ao mercado de trabalho assalariado e à escolarização. As mulheres estão presentes nas lutas camponesas, nos movimentos urbanos por melhores condições de vida, nos movimentos negros e indígenas. Mas também têm se organizado na luta contra a violência que as mulheres sofrem por ser mulheres, na reivindicação por saúde da mulher, creches e, nos últimos anos, por maior participação nos espaços de poder e decisão.

Analisar a questão da exclusão das mulheres na América Latina coloca a necessidade de avaliar os efeitos da atual política neoliberal, pois mesmo com toda essa organização das mulheres os dados revelam que a exclusão continua.

Uma primeira questão que tem sido analisada é que com a política neoliberal uma das conseqüências para o conjunto das mulheres é a existência de uma polarização na qual uma pequena parcela de mulheres obteve ganhos significativos, tanto no mercado de trabalho, acesso a liberdades individuais e até mesmo em termos de participação na vida pública. Por outro lado, a grande maioria das mulheres, o outro pólo, experimenta trabalhos precarizados, arca sozinha com o sustento dos filhos além de sofrer todas as conseqüências da diminuição dos serviços sociais e do aumento da violência urbana, inclusive envolvimento dos filhos com o narcotráfico. As mulheres pobres são tratadas como mais uma das patologias sociais, alvo de políticas compensatórias, pois entendem que se são mais educadas cuidarão melhor da família. São vistas como melhores gestoras dos recursos governamentais porque estariam mais preocupadas com o bem-estar dos filhos do que delas próprias e por isso as beneficiárias das políticas, tais como renda mínima, acesso ao microcrédito, título de propriedade da casa. Portanto, não são vistas como cidadãs, com direito a autodeterminação e autonomia pessoal, mas a partir da sua responsabilidade com a família.

Há um constante discurso dos organismos internacionais sobre avanço das mulheres, embora falem de obstáculos que ainda persistem. Na verdade, existe um certo triunfalismo neste discurso que busca esconder os retrocessos vividos nos últimos anos sob o neoliberalismo. É inegável que os maiores custos das políticas de ajuste recaíram sobre as mulheres.

Análises da incidência das políticas de ajuste estrutural sobre a evolução dos salários mostram uma diminuição dos salários femininos nos países latino-americanos. No México, por exemplo, o salário de uma mulher representava, em 1980, 80% do salário de um homem. Em 1992, passa a 52%. Enquanto o salário da mulher diminuiu, aumentam suas tarefas (remuneradas ou não), o que produz uma maior pobreza das mulheres em todo o continente.

Em todo o continente a participação das mulheres no mercado de trabalho continua inferior à dos homens e persiste também a diferença salarial, em que as mulheres ganham menos para o mesmo trabalho. Isso continua acontecendo mesmo após o aumento da escolarização das mulheres que em alguns países já é maior que o dos homens. Um outro dado é que no continente continua aumentando o número de famílias chefiadas por mulheres e em todas elas se verifica uma renda menor que nas famílias chefiadas pelos homens. Mas neste dado o que se tem que ressaltar é que cresce o número de mulheres que sozinhas arca com o sustento de seus filhos.

No que se refere à saúde, a mortalidade materna continua sendo um dos problemas mais graves, uma vez que em geral 95% dessas mortes poderiam ser evitadas. Essas mortes são provocadas por falta de atendimento pré-natal, ao parto e em função de abortos realizados de forma insegura, pelo fato de ser crime em quase todas América Latina, com exceção de Cuba e Porto Rico.

A discriminação nos serviços de saúde passa também pelos estereótipos e preconceitos. É comum que quando as mulheres chegam a um hospital com problemas de infarto não são atendidas rapidamente, pois primeira suspeita é de nervosismo ou “chilique”. Isso ainda é agravado pelo fato de que as mulheres demoram mais a buscar o serviço médico, uma vez que nunca acham que estão doentes. O cotidiano das mulheres é que elas nunca podem adoecer porque todos na casa precisam de seus cuidados. Por isso demoram a admitir que estão com alguns sintomas ou até mesmo não dizem porque sabem que não vão acreditar. O resultado é que as mulheres que sofrem infarto ficam com mais seqüelas ou tem mortes que poderiam ser evitadas.

Sabemos que a migração sempre foi maior entre as mulheres e o mesmo ocorre atualmente com a migração para os países do norte. No caso das mulheres temos que acrescentar o crescimento do tráfico de mulheres, inclusive adolescentes. Os dados demonstram que é a terceira máfia com maior rentabilidade, perdendo apenas para a o tráfico de armas e drogas. As (os) estudiosas (os) do tema afirmam que o tráfico de mulheres, atualmente, é um negócio globalizado, com rotas estabelecidas partindo de localidades pobres em direção aos países ricos. Muitos países da América Latina estão entre essas rotas e sabemos da vinculação do tráfico com a prostituição e outras atividades vinculadas a mercantilização do corpo. Também existem muitos estudos e denúncias dos mecanismos de escravidão utilizados para manter as mulheres nessa situação. Um outro aspecto a ser destacado na América Latina é o turismo sexual. O Brasil, República Dominicana, Costa Rica e Cuba são os maiores receptores deste tipo de turismo na América Latina, que explora cada vez mais nossas meninas sem perspectivas de emprego e presas à ideologia do consumismo apresentada como a possibilidade de satisfação em uma sociedade cada vez mais sem direitos e sem possibilidades de sonhar.

O drama de ser jovem e mulher na América Latina

A maioria das meninas e adolescentes da América Latina vive na pobreza e ainda são o principal alvo da violência e dos abusos sexuais, segundo estudos de entidades ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU). Acredita-se que mais da metade dos 450 milhões de habitantes da região vive abaixo da linha de pobreza, a maioria mulheres, principalmente meninas e adolescentes. Além do trabalho doméstico, que nem sequer é contabilizado nas estatísticas oficiais, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que na América Latina e no Caribe trabalhem cerca de oito milhões de meninos e meninas entre os 10 e 14 anos de idade, estimando-se que 40 milhões de crianças e adolescentes vivam nas ruas, expostos às drogas, à prostituição e à violência. Além disso, a curva estatística de gravidez na adolescência continua a crescer. O Fundo para a Infância das Nações Unidas (Unicef) acredita que mais de 50% das jovens menores de 17 anos na região são ativas sexualmente e que dos 13 milhões de partos registados por ano, pelo menos dois milhões acontecem com adolescentes entre

15 e 19 anos." A Unicef afirma que, em 1998, dos 400 mil latino americanos contaminados com Sida, 8 mil eram meninos e meninas menores de 14 anos. O abuso sexual na família começa entre os cinco e os nove anos, segundo as pesquisas. "Em 50% dos casos, os agressores convivem com os meninos e meninas e 75% dos agressores são familiares", segundo a Unicef.

Violência contra as mulheres

A violência contra as mulheres continua sendo um dos piores indicadores do quanto as mulheres ainda são discriminadas. E ela revela uma das mais tristes faces dessa opressão. Pois a grande maioria é cometida por pessoas próximas: maridos, namorados, pais, padrastos tios. A violência sexista afeta todas as mulheres e meninas, mas são mais vulneráveis as que vivem em situação de precariedade absoluta, as que sofrem discriminação devido à raça, religião e orientação sexual, assim como as mulheres indígenas, as migrantes, as refugiadas de guerra ou as que vivem sob ocupação estrangeira.

As manifestações da violência são pressões psicológicas, maus tratos físicos, espancamentos, piadas, cantadas, humilhações, assédio sexual, estupro e assassinato. A existência dessa violência coloca todas as mulheres em uma situação de ameaça permanente. No Brasil, segundo dados de uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, estima-se a cada quinze segundos uma mulher sofre algum tipo de violência.

Convivemos com o dado que uma mulher está mais insegura em casa que na rua. De acordo com dados mundiais, o risco de uma mulher ser agredida em sua própria casa, pelo marido, ex-companheiro ou atual companheiro, é nove vezes maior do que na rua.

Um dado que temos trabalhado é que a globalização econômica aprofunda a violência contra as mulheres. A globalização e as condições econômicas cada vez mais precárias acrescentam a vulnerabilidade das mulheres frente a todos os tipos de violência.

A Marcha Mundial das Mulheres e a luta contra a exclusão

A Marcha Mundial das Mulheres é uma ampla articulação do movimento de mulheres em nível internacional, que teve seu início em março de 2000. Tem como eixo a luta contra a pobreza e a violência contra as mulheres.

A partir da MMM pudemos retomar uma ampla mobilização das mulheres que recolocou a questão de classe como fundamental. Isso significa que temos combinado a luta anticapitalista com a luta contra a desigualdade de gênero. A partir daí, identificamos em nosso continente a luta pelo não pagamento da dívida externa, contra a Alca e contra a militarização como fundamentais para construirmos uma América Latina soberana e com um modelo de desenvolvimento que atenda as necessidades humanas em oposição a ganância do mercado.

Para isso, sabemos que é necessário mudar o paradigma atual, centrado no mercado. Queremos desenvolver como central o cuidado pela vida humana e, portanto a reprodução se tornar um eixo central de nosso projeto.

Na MMM temos denunciado os efeitos específicos do neoliberalismo sobre as mulheres e demonstrado como o machismo e a desigualdade de gênero são estruturantes desse modelo. Por isso, em toda nossa ação, colocamos sempre a perspectiva feminista como a possibilidade de construir um novo homem e uma nova mulher.